REFLETINDO SOBRE DEMOCRACIA

José Ivo Follmann sj¹

Imagem ao fundo: Projeto Encantar a Política.

Em recente obra de Wilhelm Hofmeister (2021) estão explicitados de forma didática, **cinco pilares fundamentais da democracia**. Lembrá-los aqui é importante:

- Eleições livres e justas;
- Governo responsável;
- Igualdade de direitos políticos e participação igual de todos os cidadãos;
- Respeito pelas liberdades civis e políticas;
- Estado de direito e independência do poder judicial.

Assumo estes cinco pilares em minha concepção de democracia, mesmo que o espaço aqui não permita considerações específicas a respeito. Pessoalmente me considero alguém movido pela utopia da democracia. **Cultivo também uma grande crença de que o Brasil pode tornar-se um exemplo de democracia para o mundo.**

¹ - Doutor em sociologia. Jesuíta. Secretário para a Justiça Socioambiental da Província dos Jesuítas do Brasil e Diretor do Observatório JSA Luciano Mendes de Almeida - OLMA. Professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. (Algumas partes substanciais do presente texto reproduzem, recortes de entrevista do autor concedida à Revista do MEB, a ser publicada em setembro de 2022.)

* - Diagramação e destaques = OLMA.

A par do fato de alimentar esta crença e cultivar a utopia da democracia, tenho também a clara percepção de que nada disso terá condições de acontecer, dentro de nossa realidade brasileira, se não forem promovidas, de forma afirmativa e vigilante, condições concretas de participação cidadã e de formação ou educação política para isto. Quase teríamos que sugerir **um sexto pilar junto aos cinco pilares aqui mencionados**, ou seja:

- Garantia permanente de condições concretas e de cultivo da educação política para uma efetiva cultura de participação.

DEMOCRACIA				
Eleições livres e justas (dos parlamentos ou do Presidente do Estado, para que o governo seja formado de acordo com o resultado das eleições, que são realizadas regularmente e que devem ser livres de segredos, justas e sem fraude eleitoral)	Governo responsável (que toma as decisões de forma transparente e em conformidade com a lei e que é controlado pelo parlamento, o poder judicial e o povo)	Igualdade de direitos políticos e participação igual de todos os cidadãos (sem discriminação e possibilidade de os cidadãos participarem nas eleições e serem eleitos candidatos)	Respeito pelas liberdades civis e políticas (tais como direitos humanos e liberdades de imprensa, de expressão e de assembleia)	Estado de direito e independência do poder judicial (para assegurar a preservação do resto dos fundamentos da democracia)

Do livro “Os partidos políticos e a democracia - Seu papel, desempenho e organização em uma perspectiva global” de Wilhelm Hofmeister

De fato, para falar em democracia, precisamos iniciar dizendo que estamos vivendo uma grande perplexidade. Muitas sombras nos envolvem. Ou, talvez, muitas “assombrações”. No entanto, no meio desta perplexidade política e dos tempos sombrios e assombrados, uma grande iniciativa, que está sendo bem dinamizada, merece todo destaque.

Para lá das sombras ou “assombrações”, existe uma consciência difusa, sempre mais viva, em relação aos verdadeiros riscos contra a democracia e os valores da sociedade. **Cresce o clamor pela manutenção da democracia**, clamor este alimentado por narrativas que alertam contra os riscos que o país corre frente a um possível caos gerado em decorrência do desmonte das principais instituições republicanas, inclusive a própria conquista de um processo eleitoral de reconhecida competência, eficiência, e valor técnico em termos de segurança. **Dentro do clamor pela democracia cresce, sobretudo, o movimento por um novo encantamento da política. (CNLB, 2022).** Trata-se da iniciativa de uma rede de organizações, serviços, pastorais sociais e organismos da Igreja, Rede Brasileira de Fé e Política, que está sendo fortalecida e busca priorizar o “encantar a política”, neste ano eleitoral que estamos vivendo.

Capa da caderno do projeto “Encantar a política”. Foto: @webertdacruz

Este movimento pelo (re)encantamento não se reduz, no entanto, a essas mobilizações de raízes religiosas, protagonizadas sobretudo por entidades vinculadas à CNBB. **Multiplicam-se, também, forças diversas organizadas na sociedade civil, as quais movidas pelos mais diferentes interesses se erguem em coro uníssono em defesa da democracia.** Me associo a esse movimento do (re)encantamento. É processo que pode fazer com que a nossa sociedade se regenere a partir das bases, se soubermos empregar as estratégias corretas, revisitando e cultivando a democracia em suas raízes.

No texto de apresentação do “Caderno Encantar a Política” são mencionados alguns traços de orientação, que são fundamentais. O texto refere em primeiro lugar que o Papa Francisco nos convoca para participar da renovação da Igreja, sendo todos protagonistas. Também dentro da sociedade, as instituições democráticas da sociedade civil são chamadas para uma dedicação cidadã qualificada, para que novos tempos possam ser vividos, alcançando respostas novas e urgentes na construção de um mundo melhor.

Nenhum cristão pode permanecer alheio à tarefa de contribuir para que a sociedade se torne mais justa, solidária e fraterna. Dedicar atenção à po-

lítica é compromisso de fé. É necessário resgatar a nobreza da vocação política, que é singular expressão da caridade. O Papa Francisco, considerando a realidade latino-americana, as dificuldades enfrentadas no continente, orienta:

“Fazer política inspirada no Evangelho a partir do povo em movimento pode se tornar uma maneira poderosa de sanar nossas frágeis democracias e de abrir o espaço para reinventar novas instâncias representativas de origem popular.” (cit. em CNLB, 2022, p. 3)

A democracia, em contradição ao seu status de ser a melhor conquista da humanidade em termos de *modus vivendi* na política, vem sendo muito pervertida e maltratada em termos de concepção e aplicação prática, a ponto de perder grande parte do seu sabor e encanto. As desigualdades sociais, que são históricas e sempre mais escandalosas no Brasil, denunciam o uso perverso da democracia e apelam por seu (re)encantamento.

Vivemos um clima político, no mínimo, perigoso, porque está eivado de discursos e narrativas que têm um sentido desmobilizador e tremendamente prejudicial à imagem interna e externa do Brasil. É um clima desmobilizador porque não existe o

favorecimento de um debate público verdadeiro e que envolva todas as forças da sociedade, focando os problemas reais, tão necessário para a democracia. E, nesta onda toda, existem dois agravantes sérios: o amedrontamento a partir de ameaças explícitas com poderio armado loucamente disseminado pela via de milícias e do narcotráfico e a cilada de uma mistificação perversa pela via religiosa ou “pseudorreligiosa” dos “mercadores da fé”, revestida de um flagrante atentado à laicidade do Estado. Isto contradiz na essencialidade o Estado laico que somos por Constituição. A laicidade é fundamental para o funcionamento da democracia, num país tremendamente plural como o nosso.

Os discursos e narrativas sinalizados se amparam, por vezes, em alertas anacrônicos contra a ameaça comunista, manifestos, retomados e repetidos em diferentes momentos da história. É um “inimigo” sabidamente anacrônico para quem conhece a história e a atualidade brasileiras. Este “inimigo” interno estaria afrontando a democracia e os valores mais caros de nossa sociedade; estaria ávido para cercear a liberdade das religiões e seus valores, bem como a propriedade privada dos bens. Este “inimigo” estaria colocando em risco a democracia, mesmo que a história recente esteja desmentindo isto com todas as evidências.

No momento pré-eleitoral atual, a bandeira religiosa da guerra entre o “bem” e o “mal” torna a ser desfraldada da forma mais perversa e mentirosa imaginável.

Mencionei acima um certo viés falseador em todo o debate que está muito agitado. É o viés focado nas **eleições**, com a sinalização de que o processo eleitoral é o grande decisor da democracia. **Trata-se de um foco centrado na “democracia representativa”** e que coloca todo valor da representatividade, no evento da eleição... Precisamos

reafirmar a consciência de que o tempo principal da democracia é o tempo efetivo da prática política onde se realiza e se pode testar o serviço político do candidato ou da candidata. Sinalizei no início para um **“sexto pilar” da democracia**, ou seja, a garantia de condições concretas de participação.

Exemplo de participação popular. Assembleia do Orçamento Participativo - Cristal. Fotos: Cesar Lopes/ PMPA. Licença Creative Commons.

De fato, enquanto não conseguirmos reaver uma verdadeira “democracia participativa” e de vigilância permanente sobre a prática e o serviço político dos/das representantes, a própria democracia representativa tenderá a se deteriorar sempre mais e poderá correr riscos sérios, como aliás já está demonstrado de forma ostensiva e escandalosamente recorrente.

Talvez se possa dizer que a história brasileira nos oferece um exemplo muito particular, quando se fala nas grandes polarizações que acontecem no mundo. Vou tomar a liberdade de repetir aqui uma frase que cunhei em epígrafe no livro (coletânea) sobre “Políticas Públicas - Debates Sociológicos Pontuais” organizado conjuntamente com Carlos Alfredo Gadea e Luiz Felipe Lacerda (2019). A frase é a seguinte:

“O momento que vivemos hoje no Brasil nos faz voltar, mais do que nunca, para a triste herança que pesa de um passado de uma sociedade elitista e excludente, que ainda não conseguiu

fazer as pazes consigo mesma e muito menos conseguiu amadurecer para um verdadeiro espírito republicano e prática da democracia”.

Da mesma obra destaco ainda outra frase do primeiro capítulo, em coautoria com Luiz Felipe Lacerda:

Sabemos pela história da república no Brasil, quanto o “interesse da maioria” ou a “vontade da maioria” são quase “peças de ficção”. Isto é válido para os primeiros anos da república quando o Brasil viveu uma de suas páginas de

maior negação dos direitos de ampla porção da sociedade recém liberta do estado de escravidão, e sobretudo, para os dias de hoje, quando o país é vítima de uma mega submissão do Estado aos interesses de uma minoria nacional e internacional dominante.

(in FOLLMANN; GADEA; LACERDA, 2019, p.22-23)

Todos sabemos que o Estado é um conjunto complexo de instituições organizadas para o bom funcionamento de uma Nação. Ao menos é o que está idealizado no conceito... **No Estado republicano que nos identifica oficialmente desde a Proclamação da República em 1889, precisamos distinguir entre, por um lado, os princípios e instituições republicanas e, por outro lado, os processos efetivamente democráticos.** Quando as instâncias republicanas são fortalecidas, transparentes e maduras, os processos democráticos têm melhores condições de serem dinamizados

e qualificados. A fragilização e a redução republicana, identificada corretamente como *desmonte* das instituições públicas, tendem a gerar mecanismos distorcidos e descontrolados nos processos democráticos.

O resultado é o silenciamento. Esta é uma ambientação favorável para os paradoxos e manejos autoritários, em nome da própria democracia, tão conhecidos hoje.

Eu diria que o foco de nossa atenção não deve ser o receio da explicitação dos antagonismos, mes-

mo que sejam fortes e polarizados, mas devemos dar atenção às manifestações daquilo que se pode considerar uma tendência ao aumento da violência e da brutalização no convívio humano. É algo que vem sendo alimentado por toda uma cultura da violência e da morte, em geral concentrada em grupos de extrema direita. Há um recrudescimento da violência misógina, dos racismos, dos machismos, da homofobia e de atitudes aporofóbicas (ódio a pobre). Quem pensa nisso quando fala do risco da polarização, está correto. Pois essa é uma tendência capitaneada por forças que querem impor uma narrativa unilateral sem permitir debate.

O discurso intransigente e violento em um ambiente de fragilização e desmonte do próprio Estado de Direito, ou seja, das instituições republicanas, torna-se algo muito perigoso. Neste clima tende a se impor uma concepção de democracia “sem lei”, ou, melhor, democracia da lei do mais forte.

Seria uma “democracia” que necessita de armas nas mãos das chamadas “pessoas de bem”, para garantirem a sua liberdade contra os indesejados. (ver GHIRALDELLI, 2021). Tudo isto exigiria uma longa análise, mas o espaço aqui não permite. O agravante de tudo isto, aqui no Brasil, é a nossa longa história de dominação e submissão internas das maiorias e de submissão do próprio aparelho do Estado. As forças de dominação e exploração se concentram em poderosos grupos econômicos. Vivemos tempos de perversão da democracia, abrigando formatos tremendamente autoritários, misóginos, excludentes...

O Brasil está sendo uma espécie de tipo exemplar nisso, hoje... Me insurjo contra esta “exemplaridade perversa” que vem se colando ao Brasil e gostaria de reforçar o coro daqueles, muitíssimo mais numerosos, mas talvez demasiadamente calados, **que acreditam e professam a utopia do Brasil como exemplar para a democracia participativa.**

Efetivamente, a única vacina eficaz para curar o Brasil do risco da violência e do ódio é a democracia participativa. (ver GHIRALDELLI, 2021). Existe no ar um grande apelo à responsabilidade de cada cidadão e cada cidadã e, sobretudo, as entidades e

*organizações que lidam diretamente com educação não podem ficar só no discurso da defesa da democracia e seus valores, mas **devem formar, nas suas práticas e promoções internas e externas, para a cultura democrática.***

O cultivo da diversidade é fundamental em um ambiente educativo, que se defina como espaço de formação para a democracia. Este cultivo é gerador de cultura democrática. O cultivo da diversidade é incompatível com discursos e práticas misóginos, racistas, machistas, aporofóbicos e homofóbicos em seus espaços.

No meu entender o principal combustível da vida política são os conflitos e os antagonismos, e, talvez, mais do que isto, saber lidar com os conflitos e os antagonismos.

As sociedades democráticas sobrevivem e se qualificam na medida em que sabem deixar-se renovar no confronto de ideias e da criatividade.

Cartaz do Grito dos Excluídos de 2022. O “Grito” é um processo de reflexão e construção coletiva, que se dá durante todo ano. Privilegia a participação ampla, aberta e plural. Os mais diferentes atores e sujeitos sociais se unem numa causa comum, sem deixar de lado sua especificidade. De: <https://www.gritodosexcluidos.com/historia>

O Papa Francisco em um de seus encontros com líderes dos movimentos populares, insistia na importância do papel desses movimentos. Estar atentos a eles “implica superar ‘a ideia das políticas sociais concebidas como uma prática para os pobres. Dar atenção a eles implica atitude de agir com os pobres, reforçando algo que é dos pobres”. E ele acrescentava: “*a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencarnando, porque deixa fora o povo em sua luta diária pela dignidade, na construção de seu destino*”. (PAPA FRANCISCO, 2020 - FT, n.169; 2016). Isto sempre envolve saber lidar com o conflito de interesses.

Infelizmente as organizações e movimentos populares, no Brasil, que já viveram momentos importantes de dinamização, vêm, sempre de novo, sofrendo reveses das mais diferentes origens. O maior peso, em tudo isso, já mencionamos ao referir o peso estrutural de dominação histórica, é o comportamento das elites econômicas, que com raríssimas exceções, sempre foram exclusivistas e intolerantes, não permitindo que a sociedade civil se fortalecesse, muito menos as organizações e movimentos populares.

A história recente, no entanto, nos mostra que as coisas são muito mais complicadas e de difícil apreensão do que este esquema dicotômico, que coloca as elites econômicas como o grande vilão.

Haja visto que o maior partido originário, em grande parte, das organizações e movimentos populares, quando ascendeu ao poder acabou contribuindo para o próprio esvaziamento do vigor das organizações e movimentos, devido a um equívoco de atrelamento ao Estado de muitas lideranças e iniciativas, que antes tinham vigor próprio. O esvaziamento no vigor não se deu, no entanto, só por este atrelamento equivocados. A ausência de uma persistência na formação ou educação popular e no cultivo das práticas de base, que sempre tinham sido o grande combustível da fortaleza e capilaridade popular foi, a curto e médio prazos, algo que feriu de morte as organizações e movimentos populares, cujos integrantes se tornaram presas fáceis de outras forças.

Foto Divulgação. Mídia Ninja. De: <https://www.brasil247.com/brasil/representantes-de-11-religoes-convocam-ato-por-estado-laico>

Para finalizar quero manifestar um alerta ou uma advertência. É com relação à importância do cultivo da **laicidade**... Nós somos uma sociedade que se formou dentro de uma grande diversidade cultural e, especificamente, diversidade religiosa. Com uma história longa de represamento ou ocultação desta diversidade, por termos sido marcados, durante séculos, pelo monopólio religioso de parte da religião oficial, que era a Igreja católica romana, deu-se um grande processo de diversificação, a partir de inícios do Estado republicano.

Essa diversificação aumentou de forma explosiva nas últimas décadas.

A explosão da diversidade religiosa, que assistimos no Brasil contemporâneo, por si só, não gera espírito pluralista ou espírito de convívio democrático. Ao contrário, muitas vezes, pode descambar em radicalizações fundamentalistas. Paradoxalmente, tem-se um movimento duplo contraditório gerado pela diversificação: crescimento do espírito de convívio democrático pluralista, de um lado, e aumento de radicalizações fundamentalistas, de ou-

tro. Assim como, também, é perceptível um duplo movimento em nível político e governamental: ao mesmo tempo em que são constatáveis movimentos sérios de amadurecimento da laicidade no sentido de garantir o direito à diversidade e pluralidade de expressão religiosa de todos, existem, também, os movimentos de busca de vantagens eleitorais contando com o apoio desta ou daquela confissão religiosa.

Uma constatação recente diz respeito a um casamento perfeito entre intencionalidades políticas que pervertem ostensivamente o princípio da lai-

cidade, e lideranças religiosas oportunistas, que ignoram este princípio, deixando-se mover pelos ranços de práticas “confessionais” na política, no mínimo equivocadas. É um caminho ostensivo de destruição da democracia, a duas mãos.

O (re)encantamento da política e da democracia certamente terá que passar, também, por uma “educação para as relações religiosas”, ou, amplamente, pelo incentivo e prática do diálogo inter-religioso.

Para além deste pequeno alerta referente à questão polêmica da relação entre religião e política, quero sublinhar:

- a importância radical da democracia para uma vida digna em sociedade, extensiva para todas as pessoas;
- a urgência de nos apropriarmos de boas análises históricas e sociológicas da sociedade brasileira no sentido de desvendar as estruturas ocultas que nos marcam;
- a valorização dos conflitos e antagonismos como ingredientes que proporcionam oxigenação da vida política e na democracia, pela mediação do diálogo.

A reflexão sobre a democracia não pode ser um convite a falsas harmonias, mas um salto decidido para dentro da realidade conflitiva e antagônica de buscas de caminhos para que ninguém na sociedade seja mantido abaixo da linha da dignidade humana. **A prática da justiça é condição primeira para a democracia.**

Referências:

CNLB et *alii*. Caderno Encantar a Política; Democracia. Brasília: CNLB, 2022.

FOLLMANN, José Ivo; GADEA, Alfredo; LACERDA, Luiz Felipe (orgs.). Políticas Públicas; debates sociológicos pontuais. São Leopoldo: Editora Casa Leiria, 2019.

GHIRALDELLI, Paulo. A Democracia de Bolsonaro (2018-2020). São Paulo: CEFA editorial, 2021.

HOFMEISTER, Wilhelm. Os Partidos Políticos e a Democracia; seu papel, desempenho e organização em uma perspectiva global. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

PAPA FRANCISCO. Fratelli Tutti. Carta Encíclica do Papa Francisco sobre a Fraternidade e a Amizade Social. Documentos Pontifícios – 44. Brasília: Edições CNBB, 2020.

PAPA FRANCISCO. Discurso do Papa Francisco aos Participantes do III Congresso Mundial dos Movimentos Populares. Coleção Sendas, Vol. 8. Brasília: Edições CNBB, 2016.

Série

Lendo e Refletindo

OLMA

A série Lendo e Refletindo é uma iniciativa do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que busca socializar, através de sucintos textos, reflexões pertinentes às diferentes práticas e/ ou pensamentos ligados ao conceito de justiça socioambiental, economia solidária, educação popular, diálogo Inter religioso, educação para as relações étnico raciais, povos tradicionais, trabalho em rede, cenários políticos e administrativos nacionais, entre outros. A submissão de textos é aberta a quem interessar e não apresenta estrutura prévia obrigatória, estando ao livre estilo do autor. Se você tem interesse em enviar-nos um texto, ficaríamos muito agradecidos: olmacomunica@jesuitasbrasil.org.br

Para ler os textos já enviados acesse: <http://olma.org.br/serie-lendo-e-refletindo/>

RECEBA UM LIVRO EM CASA!

Com o objetivo de incentivar a leitura e discussão dos mais variados temas de interesse comum, o OLMA oferece junto com a “Série Lendo e Refletindo” um programa onde qualquer pessoa tem a possibilidade de escolher e receber um dos livros oferecidos, via correio, em todo território nacional, sem custos. **Veja como fazer:**

- Entenda melhor o programa e preencha o formulário do link acessando o link abaixo.
- Também lá, informe seus dados e indique quais livros, entre os disponíveis, desejaria receber via correio, sem custos.

Se você for sortead@, ganha o livro disponível de sua preferência na ordem que indicar, e o recebe em casa, junto com mais alguns brindes surpresa.

A biblioteca com os livros para escolha está em continua atualização. Acesse <http://olma.org.br/livros-programa-de-doacao-olma/> e saiba mais.

Se possível opine sobre os outros temas/publicações da série e **aumente suas chances.**

Compartilhe esta idéia!